



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS-BA

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2015



PROCURADOR MUNICIPAL

INSTRUÇÕES GERAIS

CADERNO DE QUESTÕES

- **Você recebeu do Fiscal de Sala os seguintes materiais:**
- O cartão de respostas e Prova Escrita, onde você deverá examina-los e verificar se seus dados impressos estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal de Sala.
- Este Caderno de Questões contém **60 QUESTÕES** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**.

- Atenção: **NÃO ABRA** este caderno antes do início da prova. A duração da prova é de 05:00 (cinco horas). Este tempo inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e a Prova Escrita.
- Verifique, no Caderno de Questões se faltam folhas, se a seqüência e o número de questões conferem. Não destaque folhas da Prova.
- Não é permitida consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras, bips, telefones celulares, devendo mantê-los **DESLIGADO** e devidamente identificado pelo fiscal de sala, ou qualquer outro material. É expressamente proibido ao candidato entrar ou permanecer com armas no local de realização das provas. Caso o candidato detenha a posse de arma, deverá ser orientado a entregá-la na Coordenação e buscá-la no término das provas;
- Ao terminar a conferência do Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o (a) candidato (a) deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- O Caderno de Questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos, a fim de concluir pelas respostas às questões formuladas.
- A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais de Sala. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- Nesta prova, as questões são de *Múltipla Escolha* com 05 (cinco) alternativas (**A, B, C, D e E**) para resposta, sendo adotada, para fins de correção, uma única resposta correta por questão.
- Transcreva para o cartão de respostas o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o círculo correspondente, à caneta com tinta azul-escura ou preta, conforme o exemplo a seguir:



- Não haverá substituição do cartão de respostas por erro de preenchimento. No cartão de respostas, marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão, rasuras e preenchimento além dos limites do círculo destinado para cada marcação poderão anular a questão. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato só poderá retirar-se da Sala de aplicação da prova após 90 (noventa) minutos de seu início. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada no sanitário sofrer revista através de detector de metais;
- Ao concluir as provas, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal de Sala. Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Questões, Prova Escrita e o cartão de respostas, **DEVIDAMENTE ASSINADO**. Esclarecendo que por razões de segurança, a Planejar Consultoria fornecerá exemplares dos Cadernos de Questões aos candidatos, somente com o decurso de 04 (quatro) horas do início da prova;
- Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de gabarito, do resultado e recursos. As informações serão publicadas na internet. O Gabarito desta Prova será divulgado em 48 horas no site: www.planejarconcursos.com.br

NOME DO CANDIDATO:

SALA:

Execução:



GRADE DE RESPOSTAS (Somente esta parte poderá ser destacada)

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.	15.
16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.	41.	42.	43.	44.	45.
46.	47.	48.	49.	50.	51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.

LEGISLAÇÃO

1. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, 1990, Título I- Capítulo III - Dos Bens Municipais – analise o Art. 5º.

Art. 5º. São bens municipais:

- I. Bens móveis e imóveis do seu domínio pleno, direto ou útil;
- II. Direitos e ações que a qualquer título pertençam ao Município;
- III. Águas fluentes emergentes em depósito, localizadas exclusivamente em seu território;
- IV. Renda proveniente do exercício de suas atividades e da prestação de serviços.
- V. Doações de qualquer natureza, desde que sejam feitas mensalmente.

Marque APENAS a série em que todos os incisos estão corretos.

- (A) I – II – III e V.
- (B) II – III e V.
- (C) I – II – III e IV.
- (D) I – II – IV e V.
- (E) II – III – IV e V.

2. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, 1990, analise o Art. 12. Após análise, marque a alternativa que registra o inciso que teve alteração proposital para a elaboração desta questão.

Art. 12. É vedado ao Município:

- (A) I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (B) II - Recusar fé aos documentos públicos.
- (C) III – Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- (D) IV – Permitir ou fazer uso de seu patrimônio como meio de propagação Político- partidária.
- (E) V – Outorgar isenções ou anistias fiscais ou permitir a remissão de dívidas sem interesse justificado, sob pena de responder a processo administrativo, receber advertência, suspensão e exoneração do cargo.

3. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, 1990, analise o Art. 17. Após análise, marque a alternativa correta.

Art.17. Observadas as normas gerais estabelecidas pela União e pelo Estado, lei municipal disciplinará o procedimento de licitação, requisito obrigatório para a contratação de obra, serviço, compra e alienação.

§ 1º. Nas licitações a cargo do município e de entidade de administração indireta, observar-se-ão, sob pena de nulidade, os princípios de isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

§ 2º. Os Órgãos e entidades da administração do Município, contratadores de obras e serviços, disporão de quadros de custos referenciais para processo de obras e serviços, disporão de quadro de custos referenciais para processo de licitação pública, devendo a lei regular os procedimentos necessários a este fim, bem como prazos e mecanismos de acompanhamento e atualização permanentes.

§ 3º. A execução de obras públicas será precedida de respectivo projeto básico, sob pena de suspensão da despesa ou de invalidade da sua contratação, ressalvadas as situações previstas em lei.

Marque o(s) parágrafo(s) que está (ão) correto(s):

- (A) Os três parágrafos estão corretos.
- (B) Apenas o § 1º está correto.
- (C) Apenas o § 1º e o § 2º estão corretos.
- (D) Apenas o § 3º está correto.
- (E) Apenas o § 1º e o § 3º estão corretos.

4. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, 1990, analise o Art. 26. Após análise, marque a alternativa correta.

Art.26. É livre a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal, observando o seguinte:

- I. Haverá uma só sociedade sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações, todas do regime estatutário.
- II. É assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais, liberais, profissionais da área de saúde, à associação sindical de sua categoria.
- III. Os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio.
- IV. Ao sindicato dos servidores públicos municipais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- V. A assembleia geral fixará contribuição que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- VI. Nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato.
- VII. É obrigatória a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho.
- VIII. O servidor aposentado tem direito a votação e ser votado no sindicato da categoria.

- (A) Estão corretos apenas os incisos: I – II – III e IV.
- (B) Estão corretos apenas os incisos: II – III – IV – V e VI.
- (C) Estão corretos apenas os incisos: I – II – III – VI – VII e VIII.
- (D) Estão corretos todos os incisos transcritos.
- (E) Há quatro incisos que sofrerão alteração.

5. Analise as proposições seguintes com V(Verdadeiro) ou F(Falso). Após análise, marque a série correta.

- () A Emenda à Lei orgânica nº 8, de 27 de setembro de 2011, normatiza os feriados civis e religiosos no âmbito do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, na forma que indica e dá outras providências, instituindo no Art. 4º; §5º; inciso I; alínea g – que 15 de novembro é dia consagrado à Bandeira do Brasil.
- () A Emenda à Lei orgânica nº 10, de 13 de março de 2014, redefine os feriados civis e religiosos, dando nova redação à alínea “d” do inciso I do § 5º do art.4º, da emenda à Lei orgânica nº 8, de 27 de setembro de 2011, que normatiza os feriados civis e religiosos no âmbito do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, na forma que indica e dá outras providências.
- () A Emenda à Lei orgânica nº 11, de 5 de novembro de 2015, dá nova redação aos arts. 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 – do Título I – Da Organização do Município, Capítulo V da Administração Pública – Seção II – Dos Servidores Públicos Municipais, Da Lei Orgânica Municipal, na forma que indica e dá outras providências.
- () A nova redação do Art. 20 institui: “O regime dos servidores Públicos Municipais da administração direta, autárquica e fundacional será a CLT na forma da Lei”.
- () A nova redação do Art. 23 institui: “O servidor público municipal será aposentado na forma que dispõe a Constituição Federal e o estatuto próprio”.

- (A) V; V; V; V; V.
- (B) V; V; F; F; V.
- (C) F; V; V; F; V.
- (D) F; V; F; V; F.
- (E) V; F; V; F; V.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Assinale a alternativa incorreta acerca da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º.

- (A) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- (B) disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- (C) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado para assegurar o parcial ressarcimento do dano.
- (D) reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.
- (E) agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

7. Sobre atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, julgue os itens:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

- I. aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;
- II. perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública, exclusiva de processo licitatório;
- III. receber vantagem econômica de natureza somente privada, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;
- IV. incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades;
- V. usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades.

- (A) I, II, III.
- (B) II, III.
- (C) I, IV, V.
- (D) II, III, V.
- (E) I, III.

8. Assinale a alternativa correta no que diz respeito a atos de improbidade administrativa que atentam contra os Princípios da Administração Pública:

- (A) praticar ato visando fim permitido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;
- (B) procrastinar, indevidamente, ato de ofício;
- (C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;
- (D) permitir publicidade aos atos oficiais;
- (E) frustrar a licitude de concurso público;

9. Com base na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o Procedimento Administrativo e do Processo Judicial, julgue:

- I. É ato, exclusivo de advogado, representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, pelo seu postulador.
- II. A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- III. autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público,.
- IV. atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.
- V. comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- VI. havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- VII. ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta, exclusivamente, pelo Ministério Público, dentro de vinte dias da efetivação da medida cautelar.

- (A) II, III, IV, V, VI.
- (B) I, II, III, IV, V.
- (C) III, IV, V, VI, VII.
- (D) I, II, VI, V, VII.
- (E) I, III, V, VI, V.

10. Define-se Direito Administrativo, como:

GOMES, Fábio Bellote. Elementos de direito administrativo. Barueri, SP: Manole, 2006. p. 4.

- (A) conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades privadas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.
- (B) conjunto de normas destinadas a regular o funcionamento da Administração Pública, tanto nas suas relações internas, direta ou indiretamente, como nas suas relações externas com os administrados, sempre que o interesse público terminar.
- (C) ramos do direito público que disciplina a função administrativa e os órgãos que a exercem.
- (D) conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.
- (E) conjunto de normas destinado a regular a atuação concreta do Estado, por meio da Administração pública.

11. Da prescrição, conforme Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas. Assinale a alternativa incorreta.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Artigo 23, incisos I, II, III.

- (A) até cinco anos após o término do exercício de mandato.
- (B) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- (C) até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.
- (D) até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- (E) até cinco anos após o término do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.

12. Acerca dos Atos da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo 1. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013. p. 56, 57.

- (A) Atos de império: é o comando da administração com carga de ordem ou decisão coativa, não passível de contestação, senão no plano da legalidade, expropriações, interdição de atividades, requisição de bens, etc.
- (B) Atos de expediente: são aqueles que conduzem e ordenam os atos internos da Administração e de seus agentes, criando, ainda, direitos e obrigações entre o Poder Público e os administrados, despachos, permissões, contratos públicos, nomeação de servidores, etc.
- (C) Atos de gestão: situa-se no âmbito dos expedientes de preparo de papéis e impulsos processuais, tal como recebimento e expedições de papéis e despachos de rotina, sem envolver o mérito da matéria.
- (D) Atos de império: são aqueles que conduzem e ordenam os atos internos da Administração e de seus agentes, criando, ainda, direitos e obrigações entre o Poder Público e os administrados, despachos, permissões, contratos públicos, nomeação de servidores, etc.
- (E) Atos de império: situa-se no âmbito dos expedientes de preparo de papéis e impulsos processuais, tal como recebimento e expedições de papéis e despachos de rotina, sem envolver o mérito da matéria.

13. Poderes da Administração Pública, julgue os itens:

SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo 1. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013. p. 67-72.

- I. poder disciplinar: aquele que o Direito Positivo – a lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
- II. aquele que o Direito concede à administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- III. poder hierárquico: é do que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os mesmos.
- IV. poder vinculado: é o que cabe a Administração Pública para fazer valer seus estatutos, apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- V. poder de polícia: é o meio de diálogo, inter-relação e forma pela qual o Poder Público se externa nas relações político-jurídico-administrativas com a sociedade.

- (A) I, II, III, IV.
- (B) II, III, IV, V.
- (C) II, III, V.
- (D) I, III, IV.
- (E) III, IV, V.

14. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Artigo 19.

- (A) Pena: detenção de seis a um ano e multa.
- (B) Pena: detenção de seis a dez meses e multa.
- (C) Pena: detenção de um ano a dois anos e multa.
- (D) Pena: detenção de seis a dez meses.
- (E) Pena: multa.

15. Poderes e deveres da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo 1. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013. p. 65-66.

- (A) poder-dever de probidade: Poder como obrigação e não opção, com expressa vedação de qualquer possibilidade de renúncia.
- (B) poder-dever de eficiência: ao administrador se impõe que atue, no âmbito de suas competências, com presteza, perfeição e produtividade funcional.
- (C) poder-dever de probidade: princípio implícito de obrigatoriedade observância nas práticas administrativas, pena de nulidade e repercussões de controle, seja externo ou interno, por vício de improbidade.
- (D) poder-dever de eficiência: Poder como obrigação e não opção, com expressa vedação de qualquer possibilidade de renúncia.
- (E) poder-dever de agir: ao administrador se impõe que atue, no âmbito de suas competências, com presteza, perfeição e produtividade funcional.

16. São requisitos dos Atos Administrativos, exceto:

SILVA, Lauri Romário. Direito Administrativo 1. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013. p. 95.

- (A) mérito.
- (B) objeto.
- (C) competência.
- (D) finalidade.
- (E) informalidade.

17. A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4132.htm. Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

- I. o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;
- II. o expropriante tem o prazo de 5 (cinco) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação
- III. estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;
- IV. a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 15 (quinze) famílias;
- V. a construção de casa populares;

- (A) II, III, IV.
- (B) I, III, V.
- (C) I, II, III.
- (D) III, IV, V.
- (E) I, II, V.

18. São formas de expressão de Atos Administrativos, exceto:

HORVATH, Mirian Vasconcelos Fiaux. Direito Administrativo. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 53-55.

- (A) normativos.
- (B) ordinários.
- (C) gerenciais.
- (D) enunciativos.
- (E) punitivos.

19. Conforme a legislação brasileira vigente, a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, julgue os itens corretos:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Controle externo, e pelos sistemas de controle. Artigo 31. §§ 1. 2. 3. 4.

- I. onde houver, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados..
- II. onde houver, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Conselhos de Contas dos Municípios.
- III. onde houver, o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Municípios.
- IV. parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- V. contas dos Municípios ficarão, durante setenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

- (A) I, II, III.
- (B) I, IV, V.
- (C) II, IV, V.
- (D) III, IV, V.
- (E) I, II, V.

20. Conforme legislação vigente no país e com base no artigo 71 da Constituição Federal compete aos Tribunais de Contas, exceto:

- (A) emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo;
- (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta;
- (C) apreciar as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (D) aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;
- (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal.

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

21. Estrutura e competências administrativas do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, conforme a Lei nº 6.938/81, julgue:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

- I. órgão superior: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;
- II. órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;
- III. órgão central: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;
- IV. órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.

- (A) I, III.
- (B) I, II, III.
- (C) II, IV.
- (D) I, II, IV.
- (E) apenas o item IV.

22. Das ações de cooperação, conforme Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, são ações administrativas da União, exceto:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

- I. elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais;
- II. gerir o patrimônio genético e o acesso ao conhecimento tradicional associado, respeitadas as atribuições setoriais;
- III. aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre;
- IV. aprovar a liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos;

- (A) II, IV.
- (B) I, III.
- (C) I, II, III, IV.
- (D) II, III.
- (E) I, III, IV.

23. Para os efeitos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, assinale o item correto:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal.

- (A) Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão, Piauí e Ceará;
- (B) Área rural consolidada: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
- (C) Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;
- (D) Área de Preservação Permanente - APP: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pouso;
- (E) pequena propriedade ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho empresarial do agricultor, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006;

24. As penas restritivas de direito, conforme dispõe a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente são elencadas abaixo, exceto :

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- (A) prestação de serviços à comunidade;
- (B) interdição temporária de direitos;
- (C) suspensão parcial ou total de atividades;
- (D) prestação pecuniária;
- (E) recolhimento em sistema prisional.

25. Dos Crimes contra a Fauna, conforme legislação em vigor acerca do tema, exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente, pena:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- (A) reclusão, de um a três anos, e multa.
- (B) detenção, de três meses a um ano, e multa.
- (C) detenção, de três meses.
- (D) detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente.
- (E) reclusão, de um ano, e multa.

DIREITO CIVIL

26. Um dos pressupostos da usucapião é o decurso do tempo, assim, assinale a alternativa que se configura usucapião extraordinária.

Direito Civil Brasileiro, volume 5, direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves, . – 6ª Ed. – São Paulo, Saraiva, 2011.

- (A) posse de 15 anos, ânimo de dono, de forma contínua, mansa e pacífica, dispensado justo título e boa-fé.
- (B) Posse de 10 anos, ânimo de dono, de forma contínua, mansa e pacífica, além de justo título e boa-fé.
- (C) Posse de 20 anos, ânimo de dono, de forma contínua, mansa e pacífica, indispensável o justo título e a boa-fé.
- (D) Posse de 15 anos, ânimo de dono, de forma contínua, mansa e pacífica, indispensável o justo título e a boa-fé.
- (E) Posse de 15 anos, ânimo de dono, de forma contínua, mansa e pacífica, além de justo título e boa-fé.

27. A comprou de B um carro em perfeito estado, ocorre que antes da entrega da coisa, ocorreu uma tempestade vindo a danificar a pintura do veículo, assim:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigo 235

- (A) B terá que indenizar A pelo valor pago além das perdas e danos
- (B) A obrigação se resolve
- (C) B terá que indenizar A pelo valor pago
- (D) A terá que indenizar B pelo valor pago
- (E) B poderá resolver a obrigação, ou aceitar o carro no estado em que se encontra, abatido o preço do valor que perdeu.

28. Conforme a legislação vigente, é erro substancial quando:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigo 138.

- I. interessa à natureza do negócio;
- II. interessa ao objeto principal da declaração;
- III. concerne à identidade ou a qualidade essencial da pessoa a quem se refira, não importando a declaração de vontade.

Assinale a alternativa que indica corretamente o(s) tópico(s) verdadeiro(s):

- (A) I, II, III.
- (B) I, II.
- (C) II, III.
- (D) I, III.
- (E) somente I.

29. Não constituem atos ilícitos, conforme a legislação vigente, nos termos do Código Civil, exceto:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigos 186; 188, I, II, § único.

- (A) exercício regular de um direito reconhecido.
- (B) praticados em legítima defesa.
- (C) por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- (D) na deterioração de coisa alheia, a fim de remover perigo comum, somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessários, não excedendo os limite do indispensável para a remoção do perigo.
- (E) nenhuma das alternativas anteriores.

30. Não ocorre evicção quando:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigos 447 - 457

- (A) por decisão judicial;
- (B) contrato gratuito;
- (C) contratos onerosos;
- (D) por decisão administrativa;
- (E) hasta pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Qual o conceito abaixo constitui o direito comparado:

Dirley da Cunha Júnior, Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Revista, amp. e atul., 2012, Editora Juspodivm. Pg. 51 e 52.

- (A) Ocupa-se com o estudo teórico das normas constitucionais positivas, mas não obrigatoriamente vigentes, de vários Estados, ou do mesmo Estado em épocas diferentes, objetivando realçar as peculiaridades, os contrastes e as semelhanças entre elas.
- (B) Ocupa-se com o estudo prático das normas constitucionais positivas, obrigatoriamente vigentes, de vários Estados, ou do mesmo Estado em épocas diferentes, objetivando realçar as peculiaridades, os contrastes e as semelhanças entre elas.
- (C) Tem por objeto da identificação e sistematização, numa perspectiva unitária, dos princípios, conceitos e instituições comuns a diversos ordenamentos constitucionais e que se acham presentes em várias constituições de Estados distintos, que revelam características equivalentes ou similares.
- (D) Ocupa-se com o estudo teórico das normas constitucionais positivas, obrigatoriamente vigentes, de vários Estados, ou do mesmo Estado em épocas diferentes, objetivando realçar as peculiaridades, os contrastes e as semelhanças entre elas.
- (E) Tem por objeto da identificação e sistematização, numa perspectiva pluralista, dos princípios, conceitos e instituições comuns a diversos ordenamentos constitucionais e que se acham presentes em várias constituições de Estados distintos, que revelam características equivalentes ou similares.

32. Assinale a alternativa que melhor se enquadra a CRFB/88, quanto à classificação:

Dirley da Cunha Júnior, Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Revista, amp. e atul., 2012, Editora Juspodivm. Pg. 128

- (A) Formal, escrita, democrática, rígida, analítica, dirigente, dogmática, ortodoxa, normativa.
- (B) Formal, escrita, outorgada, rígida, analítica, dirigente, dogmática, eclética, normativa.
- (C) Formal, escrita, democrática, rígida, analítica, garantia, dogmática, eclética, normativa.
- (D) Formal, escrita, democrática, rígida, analítica, dirigente, dogmática, eclética, normativa.
- (E) Formal, escrita, promulgada, rígida, analítica, dirigente, dogmática, eclética, nominativa.

33. Existe ainda segundo José Afonso da Silva, a Constituição não obstante imposta, depende de ratificação popular por meio de referendo

Dirley da Cunha Júnior, Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Revista, amp. e atul., 2012, Editora Juspodivm. Pg. 121

- (A) Constituição Pactuada.
- (B) Constituição Cesarista.
- (C) Constituição Democrática.
- (D) Constituição Imutável.
- (E) Constituição Promulgada.

34. A jurisdição Constitucional no controle concentrado logrou despontar-se no direito brasileiro, embora timidamente a partir de:

Dirley da Cunha Júnior, Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Revista, amp. e atul., 2012, Editora Juspodivm. Pg. 344

- (A) 1967
- (B) 1988
- (C) 1934
- (D) 1965
- (E) 1946

35. Dentre os direitos fundamentais, assinale os quais correspondem aos direitos de 4ª dimensão.

Dirley da Cunha Júnior, Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Revista, amp. e atul., 2012, Editora Juspodivm. Pg. 627

- (A) Direito ao meio ambiente.
- (B) Direito a democracia direta, ao pluralismo e à informação, biotecnologia.
- (C) Direito a segurança e a paz
- (D) Direito à segurança, solidariedade.
- (E) Direito ao meio ambiente equilibrado e a biotecnologia.

36. Princípio Constitucional que se traduz na exigência de que todos os atos e decisões da administração pública sejam fundamentados.

Dirley da Cunha Júnior, Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Revista, amp. e atul., 2012, Editora Juspodivm. Pg. 969

- (A) Princípio da Motivação
- (B) Princípio da Legalidade
- (C) Princípio do Controle judicial
- (D) Princípio da Presunção de legitimidade
- (E) Princípio da Responsabilidade dos Estado.

37. No que concerne aos direito fundamentais, sobre a inviolabilidade do domicílio é correto afirmar:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigo 5º, XI.

- (A) “a casa é asilo violável do individuo, podendo nela penetrar somente sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou durante o dia, por determinação judicial”
- (B) “a casa é asilo inviolável do individuo, nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, qualquer hora do dia ou da noite, por determinação judicial”
- (C) “a casa é asilo inviolável do individuo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial”
- (D) “a casa é asilo inviolável do individuo, todos nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial”
- (E) “a casa é asilo violável do individuo, nela podendo penetrar com consentimento escrito do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, qualquer hora do dia ou da noite, por determinação judicial”.

38. Segundo a EC nº 58/2009, que fixou o limite máximo de vereadores para a composição das Câmaras Municipais, um Município 35.000 (trinta e cinco mil) habitantes ser composto por:

Dirley da Cunha Júnior, Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Revista, amp. e atual., 2012, Editora Juspodivm. Pg. 1026.

- (A) 13 Vereadores
(B) 11 Vereadores
(C) 15 Vereadores
(D) 19 Vereadores
(E) 17 Vereadores

39. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar delegação ao Congresso Nacional. Conforme o texto Constitucional vigente não serão objeto de delegação os atos de competência exclusivo do congresso Nacional, exceto:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigo 68, CRFB/1988.

- (A) os de competência privativa da Câmara dos Deputados.
(B) os de competência do Senado Federal.
(C) os de competência exclusiva do Congresso Federal.
(D) a matéria reservada à lei ordinária.
(E) legislação sobre organização do Poder Judiciário.

40. Compete privativamente à União legislar sobre:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigo 22, II, CRFB/1988.

- (A) preservar as florestas, a fauna e a flora.
(B) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
(C) desapropriação.
(D) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
(E) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. “(...) forma pela qual um terceiro ingressa em processo alheio para excluir direito de autor e réu, pleiteando o direito ou coisa que controvertem esses sujeitos processuais.” O trecho acima citado trata-se de:

Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil/Daniel Amorim Assumpção Neves. – 4. Ed. Ver., atual.
E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. Pg. 232

- (A) Assistência simples
(B) Chamamento ao processo
(C) Denúnciação a lide
(D) Oposição
(E) Nomeação à autoria

42. O Código Processo Civil expressamente consagra a teoria eclética da ação, para explicar a Natureza jurídica da ação. Assim, julgue os conceitos abaixo relacionados que caracterize tal teoria.

Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil/Daniel Amorim Assumpção Neves. – 4. Ed. Ver., atual.
E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. Pg. 87, 88, 89, 90.

- (A) “o direito de ação é considerado o próprio direito material em movimento, reagindo a uma agressão ou ameaça de agressão”.
(B) “defende que a existência do direito de ação não depende da existência do direito material, mas do preenchimento de certos requisitos formais chamados de condições da ação”.
(C) “tem como mérito ser a primeira teoria que fez a distinção entre o direito de ação de o direito material.”
(D) “mantém autonomia entre o direito de ação e direito material, e vai além, ao afirmar que o direito de ação é independente do direito material”.
(E) “tem como mérito ser a primeira teoria que fez a distinção entre o direito subjetivo de o direito material”.

43. Poderá o juiz limitar o número de pessoas e determinar a retirada daquelas que se portarem de forma inconveniente em audiência, exercendo:

Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil/Daniel Amorim Assumpção Neves. – 4. Ed. Ver., atual.
E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. Pg. 480.

- (A) Poder de polícia
(B) Poder de chefe
(C) Poder do Magistrado
(D) Poder do Juiz Natural
(E) Poder da ação

44. Sendo os recursos um meio de impugnação das decisões judiciais, assinale a alternativa abaixo que não constitui um tipo de recurso:

Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil/Daniel Amorim Assumpção Neves. – 4. Ed. Ver., atual.
E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. Pg. 568

- (A) Agravo de Instrumento
(B) Apelação
(C) Pedido de reconsideração
(D) Embargos de declaração.
(E) Todas as alternativas estão corretas

45. Nesta sentença o Juiz concede ao autor a tutela jurisdicional pedida, o gênero do bem da vida pretendido, mas extrapola a quantidade indicada pelos autos. Trata-se:

Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil/Daniel Amorim Assumpção Neves. – 4. Ed. Ver., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012. Pg. 522.

- (A) Sentença Extra Petita
(B) Sentença Citra Petita
(C) Sentença Ultra Petita
(D) Sentença Uni Petita
(E) Sentença Terminativa

46. Uma empresa estrangeira que possui uma filial no Brasil, está sendo processada por sonegação fiscal no Brasil, a quem compete o julgamento de tal ação.

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum). Artigo 88 parágrafo único.

- (A) Tanto a justiça brasileira como a Justiça Internacional.
(B) Justiça Brasileira já que tal empresa possui domicílio no Brasil.
(C) Justiça Brasileira por se tratar de empresa exclusivamente estrangeira.
(D) Justiça Internacional pois o crime foi cometido no Brasil.
(E) Justiça Internacional por se tratar de empresa estrangeira.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO DIREITO DO TRABALHO

47. Consideram-se características da relação de emprego:

Pag.: 05,06 e 07
CLT Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo/Costa Machado, organizador; Domingos Sávio Zainaghi; coordenador. – 6. Ed. – Barueri; SP: Manolele, 2015.

- (A) Onerosidade, não eventualidade, pessoa física, impessoalidade e subordinação.
(B) Subordinação, habitualidade, pessoal jurídica, onerosidade e pessoalidade.
(C) Pessoal física, habitualidade, onerosidade, pessoalidade e insubordinação.
(D) Pessoa física, habitualidade, onerosidade, pessoalidade e subordinação.
(E) Onerosidade, eventualidade, pessoa jurídica, impessoalidade e insubordinação.

48. Dentre as hipóteses abaixo relacionadas quais estão em desacordo com a forma de interrupção do contrato de trabalho:

Frediani, Yone.

Direito do Trabalho/Yone Frediani. – Barueri, SP:

Manoel, 2011. [coleção sucesso concursos públicos e OAB/José Roberto Neves Amorim (coordenador)] pag. 41 e 42

- (A) Prestação de serviço militar, afastamento por acidente de trabalho.
- (B) Férias e licença maternidade.
- (C) Curso de qualificação profissional e férias.
- (D) Licença maternidade e afastamento por acidente de trabalho.
- (E) Pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo;

49. Em se tratando do Direito Processual do Trabalho no que tange aos recursos, qual dos itens abaixo não corresponde a um recurso trabalhista:

Frediani, Yone.

Direito do Trabalho/Yone Frediani. – Barueri, SP:

Manoel, 2011. [coleção sucesso concursos públicos e OAB/José Roberto Neves Amorim (coordenador)] pag. 102 a 109.

- (A) Agravo de Petição e Agravo regimental
- (B) Recurso adesivo e Correição Parcial
- (C) Recurso extraordinário e agravo de instrumento
- (D) Recurso adesivo e Embargos de declaração
- (E) Alternativas A e D estão corretas

50. O trabalhador que faltar justificadamente 08 dias durante o período concessivo, gozará de:

Garcia, Gustavo Felipe Barbosa

Curso de Direito do Trabalho, Gustavo Felipe Barbosa Garcia. – 8ª Ed., ver., atual., e ampl., - Rio de Janeiro> Forence, 2014.

- (A) 18 dias de férias.
- (B) 30 dias de férias.
- (C) 24 dias de férias.
- (D) 20 dias de férias.
- (E) 12 dias de férias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

51. Conforme a Lei nº 5.172/66, que dispõe sobre o sistema tributário nacional, entende-se por Tributo:

Vade Mecum Universitário de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização. – 17. Ed. – São Paulo: Rideel, 2015. – (Série Vade Mecum) Lei nº 5.172/66, que dispõe sobre o sistema tributário nacional. Artigos 3º, 16, 77.

- (A) tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (B) obrigação que tem por fato gerador uma situação dependente atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (C) toda prestação pecuniária compulsória, em moeda corrente ou estrangeira, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei.
- (D) obrigação que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (E) toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

52. Assinale a alternativa correta de acordo com a legislação vigente sobre sistema tributário nacional:

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Artigos 3º, 77, 81.

- (A) Taxa – cobrada pela União, Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (B) Taxa – tem a base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, e calculada em função do capital das empresas.
- (C) Taxa cobrada pela União, Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.
- (D) todas as alternativas estão corretas.
- (E) todas as alternativas estão incorretas.

53. Com base na Lei 5.172 e as limitações da competência tributária, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, julgue os itens:

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Artigos 9º, 10, 11.

- I. instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, o disposto nos artigos 21, 26 e 65;
- II. cobrar imposto sobre o patrimônio, exceto renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;
- III. estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;
- IV. cobrar imposto sobre templos de culto, exceto de matriz africana e judaica;
- V. à União instituir tributo que seja uniforme em todo o território nacional em favor de determinado Estado ou Município.
- VI. aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

- (A) II, IV, VI
- (B) I, II, III, IV, V, VI.
- (C) II, III, IV
- (D) I, III, IV.
- (E) I, III, IV, V.

54. Conforme a legislação vigente sobre a contribuição de melhoria deve-se observar os seguintes requisitos mínimos:

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Contribuição de Melhoria. Artigos 81, 82.

- (A) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;
- (B) fixação de prazo não superior 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;
- (C) regulamentação do processo administrativo de instrução, sem julgamento da impugnação, sem prejuízo da sua apreciação judicial.
- (D) a contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo valor integral do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores gerais de valorização.
- (E) por ocasião do respectivo lançamento, o contribuinte não deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

55. No que concerne à Legislação sobre o Sistema Tributário Nacional são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos. Assinale a alternativa incorreta.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Normas Complementares. Artigos 100.

- (A) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
 - (B) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
 - (C) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
 - (D) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (E) observância das normas referidas no artigo 100 da Lei 5.172/66 acarreta a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
56. Julgue os itens sobre a obrigação tributária, conforme legislação vigente no Brasil.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Normas Complementares. Artigos 113, 114, 115.

- I. A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
 - II. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
 - III. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
 - IV. Fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - V. Fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- (A) I, III, IV.
 - (B) II, III.
 - (C) III, IV.
 - (D) IV, V.
 - (E) I, V.

57. Assinale a alternativa incorreta.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Normas Complementares. Artigos 119, 120, 121.

- (A) sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (B) salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
- (C) sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (D) sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador; e contribuinte, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- (E) sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

58. Sobre Lançamento no Sistema Tributário Nacional, julgue a alternativa incorreta.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Lançamentos. Artigos 142, 143, 144.

- (A) compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- (B) atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- (C) salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- (D) lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (E) lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, motivo pelo qual não se admite outra forma.

59. Modalidades da extinção de crédito tributário, conforme Sistema Tributário Nacional, exceto:

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Lançamentos. Artigo 156.

- (A) o pagamento;
- (B) a compensação;
- (C) a transação;
- (D) remissão;
- (E) a prescrição, salvo a decadência.

60. Ação para a cobrança do crédito tributário prescreve, conforme Sistema Tributário Nacional, contados da data da sua constituição definitiva, em:

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Lançamentos. Artigo 174.

- (A) 3 anos.
- (B) 5 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 12 anos.
- (E) 15 anos.

@@@ @@@ @@@

Execução:



DESEJAMOS A TODOS OS CANDIDATOS UM BOM DESEMPENHO!